

# RESOLUÇÃO Nº 647, DE 22 DE ABRIL DE 1998

*Dispõe sobre o funcionamento e registro de empresas de Planos de Saúde Animal, e dá outras providências.*

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CFMV, no uso de suas atribuições que lhe confere a alínea “f” do art. 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968.

## RESOLVE:

**Art. 1º** É obrigatório o registro de empresa prestadora de serviços de Plano de Saúde Animal, no Conselho de Medicina Veterinária da sua jurisdição.

**Parágrafo único.** A empresa com atuação em mais de uma jurisdição deve realizar os registros na forma dos Artigos 41 e 42 da Resolução nº 640, de 18-06-1997. —

**Parágrafo único.** A empresa com atuação em mais de uma jurisdição deve realizar os registros de acordo com as normas em vigor na época.<sup>(1)</sup>

**Art. 2º** As empresas de serviços de Plano de Saúde Animal classificam-se em:

I - empresas de intermediação de serviços médicos veterinários;

II - empresas prestadoras de serviços diretamente através de estabelecimentos médicos veterinários;

III - empresas de intermediação e prestadoras de serviços médicos veterinários.

**Art. 3º** A empresa de serviços de Plano de Saúde Animal, além de atender o que preceitua a Resolução nº 640, de 18-06-1997, deverá apresentar no ato do seu registro cópias dos seguintes documentos, devidamente registrados em cartório de título e documentos:

**Art. 3º** A empresa de serviços de Plano de Saúde Animal, além de atender ao que preceitua a Resolução nº 680, de 15 de dezembro de 2000, deverá apresentar, no ato do seu registro, cópias dos seguintes documentos, devidamente registrados em cartório de título e documentos.<sup>(2)</sup>

**Art. 3º** A empresa de serviços de Plano de Saúde Animal, além de atender o disposto na Resolução CFMV nº 1041, de 13 de dezembro de 2013, e demais que a complementem ou substituam, deverá apresentar, no ato do seu registro, cópias dos seguintes documentos, devidamente registrados em cartório de título e documentos:<sup>(3)</sup>

I - contrato de Plano de Saúde Animal com as suas modalidades e variações a ser firmado com o contratante;<sup>(4)</sup>

II - contrato de credenciamento das pessoas físicas e jurídicas prestadoras de serviços médicos veterinários, quando for o caso;<sup>(5)</sup>

(1) O parágrafo único do art. 1º está com a redação dada pela Resolução nº 708, de 03-04-2002, publicada no DOU de 05-04-2002, Seção 1, pág. 167.

(2) O *caput* do art. 3º está com a redação dada pela Resolução nº 708, de 03-04-2002, publicada no DOU de 05-04-2002, Seção 1, pág. 167.

(3) O *caput* do art. 3º está com a redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 1.119, de 23-09-2016, publicada no DOU de 03-10-2016, Seção 1, pág. 87.

(4) O inciso I do art. 3º foi acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 678, de 14-12-2000, publicada no DOU de 17-01-2000, Seção 1, pág. 52.

(5) O inciso II do art. 3º foi acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 678, de 14-12-2000, publicada no DOU de 17-01-2000, Seção 1, pág. 52.

III – relação comprovando todos os serviços ou procedimentos que estão à disposição do usuário, diretamente ou através de terceirização, cobertos integralmente pelo Plano de Saúde Animal e sua respectiva carência.<sup>(6)</sup>

IV – relação comprovando todos os serviços ou procedimentos que estão à disposição do usuário diretamente ou através de terceirização, que são cobertos parcialmente pelo Plano de Saúde Animal e a sua respectiva carência;<sup>(7)</sup>

V – documento constando claramente os valores de:

— a) contrato de Plano de Saúde Animal com as suas modalidades e variações a ser firmado com o contratante:

a) matrícula;<sup>(8)</sup>

— b) contrato de credenciamento das pessoas físicas e jurídicas prestadoras de serviços médicos veterinários, quando for o caso:

b) mensalidade das diferentes categorias do Plano de Saúde Animal;<sup>(9)</sup>

c) todos os serviços ou procedimentos que estão à disposição do usuário, em qualquer circunstância.<sup>(10)</sup>

§ 1º As empresas de serviços de Plano de Saúde Animal devem apresentar ao Conselho, onde possuem registro, cópias de todos os contratos firmados com pessoas físicas e jurídicas credenciadas, assim como, informar o descredenciamento.

§ 2º As empresas de serviços de Planos de Saúde animal, e seus credenciados devem obedecer a todos os ditames constantes nos Artigos 30 e seguintes da Resolução nº 640, de 18-06-97, no tocante a pessoa jurídica, inclusive registro, responsabilidade técnica, certificado de regularidade, cancelamento e movimentação.

§ 2º As empresas de serviços de Planos de Saúde Animal, e seus credenciados devem obedecer a todos os ditames constantes da Resolução nº 680, de 15 de dezembro de 2000, no tocante a pessoa jurídica, inclusive registro, responsabilidade técnica, certificado de regularidade, cancelamento e movimentação.<sup>(11)</sup>

§ 2º As empresas de serviços de Planos de Saúde Animal, e seus credenciados, devem obedecer o disposto na Resolução CFMV nº 1041, de 13 de dezembro de 2013, e demais que a complementem ou substituam, no tocante a pessoa jurídica, inclusive registro, responsabilidade técnica, certificado de regularidade, cancelamento e movimentação.<sup>(12)</sup>

(6) O inciso III do art. 3º foi acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 678, de 14-12-2000, publicada no DOU de 17-01-2000, Seção 1, pág. 52.

(7) Os incisos IV e V do art. 3º foram acrescentados pelo art. 2º da Resolução nº 678, de 14-12-2000, publicada no DOU de 17-01-2000, Seção 1, pág. 52.

(8) A alínea “a” do art. 3º está com a redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 678, de 14-12-2000, publicada no DOU de 17-01-2000, Seção 1, pág. 52.

(9) A alínea “b” do art. 3º está com a redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 678, de 14-12-2000, publicada no DOU de 17-01-2000, Seção 1, pág. 52.

(10) A alínea “c” do art. 3º está com a redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 678, de 14-12-2000, publicada no DOU de 17-01-2000, Seção 1, pág. 52.

(11) O § 2º do art. 3º está com a redação dada pelo art. 3º da Resolução nº 708, de 03-04-2002, publicada no DOU de 05-04-2002, Seção 1, pág. 167.

(12) O § 2º do art. 3º está com a redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 1.119, de 23-09-2016, publicada no DOU de 03-10-2016, Seção 1, pág. 87.

§ 3º Quando constar do Plano de Saúde Animal prestação de serviço cirúrgicos, com consequente hospitalização, o estabelecimento credenciado para prestação desse serviço deve estar obrigatoriamente classificado, no mínimo, na categoria de Clínica Veterinária com internamento e devidamente adequado aos ditames da Resolução nº 670/2000.<sup>(13)</sup>

§ 3º Quando constar do Plano de Saúde Animal prestação de serviços cirúrgicos, com consequente hospitalização, o estabelecimento credenciado para prestação desse serviço deve estar obrigatoriamente classificado, no mínimo, na categoria de Clínica Veterinária com internamento e devidamente adequado aos ditames da Resolução nº 1015, de 9 de novembro de 2012, e demais que a complementem ou substituam.<sup>(14)</sup>

**Art. 4º** Compete ao respectivo Conselho Regional a análise do contrato de credenciamento a ser firmado com a pessoa física ou jurídica prestadora de serviços médicos veterinários, no tocante aos aspectos ético-profissionais.

**Art. 5º** A não observância dos ditames desta Resolução, além da aplicação aos infratores de multa de 1 (uma) a 50 (cinquenta) vezes o valor da anuidade vigente, no exercício em que for aplicada, poderá culminar no cancelamento do registro da empresa.<sup>(15)</sup>

**Art. 6º** As empresas já em funcionamento terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para se adequar aos termos desta Resolução.

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Méd.Vet. Jorge Rubinch  
Presidente  
CRMV/MG nº 0180

Méd.Vet. Eduardo Luiz Silva Costa  
Secretário-Geral  
CRMV/SE nº 0037

Publicada no DOU de 19-06-1998, Seção 1, pág. 86.

(13) O § 3º foi acrescentado pelo art. 3º da Resolução nº 678, de 14-12-2000, publicada no DOU de 17-01-2000, Seção 1, pág. 52.

(14) O § 3º do art. 3º está com a redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 1.119, de 23-09-2016, publicada no DOU de 03-10-2016, Seção 1, pág. 87.

(15) **Nota explicativa:** O art. 5º foi parcialmente derogado pelo art. 7º da Resolução nº 682, de 16-03-2001, no que diz respeito a multa mencionada no artigo que passou a ser no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) dobrada na reincidência até o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

86 SEÇÃO 1 DIÁRIO OFICIAL Nº 115 SEXTA-FEIRA, 19 JUN 1998

50649003/0001-29 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
SYNCRONIA DISTRIBUIDORA LTDA  
USAG: 193139 - IBRA - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL/SP

53856578/0001-22  
ELGIN S/A  
USAG: 511431 - UNID.ADMINISTRAÇÃO LOCAL INSS REG. DAS CRUZES

54060899/0001-23 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
POWER SERVICES DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA  
USAG: 170131 - DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/SP

54787163/0001-95  
MOJENI SERVICES DE LIMPESA S/C LTDA ME  
USAG: 511364 - UNID.ADMINISTRAÇÃO LOCAL INSS EM GUARULHOS

55885453/0001-34 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
ENGENHARIA ENGENHARIA DE SISTEMAS E AUTOMATICA LTDA  
USAG: 273100 - OS.01 DISTRITO RODOVIÁRIO FEDERAL

56539300/0001-61  
PULSAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA  
USAG: 380025 - DELEG. REG. DO TRAB/SAO PAULO

60722311/0001-96 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
TECHNICAL REPRESENTAÇÕES LTDA  
USAG: 150005 - REC-CSS-CODENOVACAO DE SERVICOS GERAIS/DF

60739838/0001-98 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
ANILLO E CIA LTDA  
USAG: 170131 - DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/SP

61004818/0001-77 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
TENDONCELL AEROPROFESTAL LTDA  
USAG: 350025 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - SP

61031746/0001-57  
FFC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA  
USAG: 175017 - CEF-CENTRAL LOG.DE ADM.E REC.HUM. DE CAMPINAS

61836565/0001-06 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
RODRIGUES CHOU TELECOMUNICAÇÕES E TELEVISÃO LTDA  
USAG: 273100 - OS.01 DISTRITO RODOVIÁRIO FEDERAL

62399040/0001-27  
SUPRINT. TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA  
USAG: 175015 - CEF-CENTRAL LOG.DE ADM.E REC.HUM. DE S. PAULO

68113471/0001-40  
RODRIGUES E SOUSA ENGENHARIA E OBRAS LTDA  
USAG: 170131 - DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/SP

69110971/0001-90  
NÚCLEO-LIMPESA INDUSTRIAL E LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA SC LTDA  
USAG: 160472 - 5 BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE - S. B. L.

71775756/0001-46 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
SOLUTION EXPRESS IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA  
USAG: 240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J. - SP

71886501/0001-65 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
PAMIFICADORA NOVA CERVEJEIRA LTDA  
USAG: 160461 - 6 BATALHÃO DE INFANTARIA

73063554/0001-01  
TURNER COMUNICAÇÕES LTDA  
USAG: 350025 - FUNDAÇÃO NACIONAL

74677024/0001-46  
CONIC SERVICE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE OBRAS LTDA  
USAG: 175015 - CEF-CENTRAL LOG.DE ADM.E REC.HUM. DE S. PA

UF: TOCANTINS  
USAG: 175015 - CEF-CENTRAL LOG.DE ADM.E REC.HUM. DE S. PA

33575549/0001-63 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
TEGRAM - TERRA E OCEANO S/A LTDA  
USAG: 523019 - UNID. DE ADM. DO INPM/TO

37426376/0001-01 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
GRUPO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA  
USAG: 0138 - JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

Art. 1º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DURVAL AMARO

PORTARIA Nº 1.654, DE 18 DE JUNHO DE 1998

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria/SLTIMARE nº 994, de 09 de abril de 1997, e tendo em vista o disposto no subitem 2.1.2 da Instrução Normativa nº 05, de 21 de julho de 1995, publicada no D.O.U. de 26 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º - Divulgar, com base na Segunda Alteração do Contrato Social nº 25 de outubro de 1997, para os fins previstos em Lei, a seguinte alteração da R. Social:

CGC Nº 00.990.881/0001-35  
MULTISERVICE COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA

Portaria nº 2540 - Publicada no D.O.U. em 12-08-97  
USAG: 154060 - MEC-FAE-FUNDAÇÃO DE ASSIST. AO ESTUDANTE/DF

Para:

CGC Nº 00.990.881/0001-35  
MULTISERVICE COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA  
USAG: 154060 - MEC-FAE-FUNDAÇÃO DE ASSIST. AO ESTUDANTE/DF

DURVAL AMARO

PORTARIA Nº 1.654, DE 18 DE JUNHO DE 1998

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria/SLTIMARE nº 994, de 09 de abril de 1997, e tendo em vista o disposto no subitem 2.1.2 da Instrução Normativa nº 05, de 21 de julho de 1995, publicada no D.O.U. de 26 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º - Divulgar, com base na Segunda Alteração do Contrato Social nº 25 de outubro de 1997, para os fins previstos em Lei, a seguinte alteração da R. Social:

CGC Nº 37.431.756/0001-03  
C. S. MILLER & CIA. LTDA  
Portaria Nº 2282 - Publicada no D.O.U. em 21.07.97  
USAG: 154045 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE R. TO GROSS

Para:

CGC Nº 37.431.756/0001-03  
PILINGUA ARMARZEM GERAIS LTDA ME - FUNDACÃO UNIV. GROSSO  
USAG: 154045 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE R. TO GROSS

DURVAL AMARO

10/06/98 416011

## Entidade de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 647, DE 22 DE ABRIL DE 1998

Reconhecer a Revista Brasileira de Medicina Veterinária como veículo de divulgação técnico-científica.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, pelo seu plenário reunido em 22 de abril de 1998, no uso de suas atribuições legais e considerando o que estabelece a Resolução nº 418, de 17 de março de 1983, resolve:

Art. 1º Reconhecer a Revista Brasileira de Medicina Veterinária, editada pela Sociedade de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro como veículo de divulgação técnico-científica.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RUBINICH  
Presidente

EDUARDO LUIZ SILVA COSTA  
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 647, DE 22 DE ABRIL DE 1998

Dispõe sobre o funcionamento e registro de empresas de Planos de Saúde Animal e dá outras providências.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, no uso de suas atribuições que lhe confere a alínea "f" do Artigo 16, da Lei nº 5.917, de 23 de outubro de 1968, resolve:

Art. 1º É obrigatório o registro de empresa prestadora de serviços de Plano de Saúde Animal, no Conselho de Medicina Veterinária da sua jurisdição.

Parágrafo único. A empresa com atuação em mais de uma jurisdição deve realizar os registros na forma dos Artigos 41 e 42 da Resolução nº 640, de 10-06-1997.

Art. 2º As empresas de serviços de Plano de Saúde Animal classificarão-se em:

1 - Empresas de intermediação de serviços médicos veterinários;  
2 - Empresas prestadoras de serviços diretamente através de estabelecimentos médicos veterinários;  
3 - Empresas de intermediação e prestadoras de serviços médicos veterinários.

Art. 3º A empresa de serviços de Plano de Saúde Animal, além de atender o que prescreva a Resolução nº 640, de 10-06-1997, deverá apresentar no ato do seu registro cópias dos seguintes documentos, devi-

## SEÇÃO 1

8

**IMPRENSA NACIONAL**  
SIG, Quadra 06, Lote 800, Caixa Postal 30.000  
CEP 70604-900, Brasília-DF

Nº 65, sexta-feira, 5 de abril de 2002

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1676-2339

167



## RELATÓRIO

Trata o presente processo da concessão de aposentadoria em favor de Geralda da Silveira Rezende, a partir de 12/07/1994, no cargo de Técnica Judiciária do quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça, com fundamento nos arts. 40, III, a, da Constituição Federal e no art. 186, III, a, da Lei n. 8.112/90, com as vantagens previstas, ainda, no art. 184, II, da Lei n. 1.711/52, cujo ato de fl. 27 já foi considerado legal por este Tribunal, em 23/04/1992 (fl. 27v).

2. Retornam os autos a esta Corte para a apreciação da legalidade do ato de fl. 71, mediante o qual altera-se o fundamento legal da concessão para incluir a vantagem do art. 62, § 2º, da Lei n. 8.112/90 ("quintos") e o disposto na Lei n. 8.911/94, a contar de 12/07/1994.

3. A Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip, na instrução de fl. 73, concluiu que foi detectada "a acumulação da vantagem dos 'quintos', prevista na Lei n. 8.911/94, com a GRG (Gratificação de Representação de Gabinete) da mesma função". Salienta que este Tribunal tem reiterado sua posição no sentido de que carece de amparo legal o pagamento simultâneo das aludidas vantagens.

4. Diante disso, propõe a unidade técnica, com fundamento no art. 190 do Regimento Interno/TCU, seja considerado legal o ato de fl. 71, recusado o registro correspondente e determinado ao órgão que promova o resarcimento das quantias indevidamente pagas, nos termos do art. 46 da Lei n. 8.112/90 e a Súmula de Jurisprudência n. 235 do TCU.

5. O Ministério Público manifesta-se de acordo (fl. 76).  
É o relatório.

## PROPOSTA DE DECISÃO

Examinando o ato de alteração da concessão de aposentadoria em favor da interessada, à fl. 71, verificado a percepção cumulativa da vantagem denominada "quintos" com a Gratificação de Representação de Gabinete - GRG da mesma função, o que é vedado, conforme o entendimento pacífico desta Corte de Contas (q. Dec. Decisões 128/1999, 157/2001, 250/2001 - 1ª Câmara; 121/2000, 43/2001, 182/2001, 183/2001 - 2ª Câmara; 565/1997 - Plenário).

2. No tocante à necessidade ou não da devolução dos valores indevidamente recebidos, importa assinalar que o Colegiado Pleno, na sessão de 27 de julho de 2001, resolveu dispensar a reposição desses valores até a data do conhecimento pelo órgão de origem da decisão então proferida, consoante o Enunciado 106 da Súmula da jurisprudência deste Tribunal (Decisão n. 390/2001 do Plenário).

3. Outrossim, de conformidade com o art. 191 do Regimento Interno deste Tribunal, cumpre determinar ao Superior Tribunal de Justiça que faça cessar os pagamentos decorrentes da presente alteração de proventos, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa. Creio oportuno, também, seguir-se a deliberação adotada por este Colegiado ao apreciar o TCU 012.951/1989-7, determinando ao aludido órgão que adote a presente decisão para todos os casos similares, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.443/92.

4. Por derradeiro, entendendo pertinente determinar-se, sob pena de que proceda à verificação do cumprimento da providência indicada no item 3 acima.

Ante o exposto, manifesto-me por que seja adotada a decisão que ora submite a esta Câmara.

T.C.U., Sala de Sessões, em 20.03.2002.

MARCOS BEMQUERER COSTA  
Relator

DECISÃO Nº 104/2002 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n. TC-032.725/01-10.
2. Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Geralda da Silveira Rezende.
4. Órgão: Superior Tribunal de Justiça.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dr. Paulo Soares Bugari.
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Decisão: A Primeira Câmara, diante dos razões expostos pelo Relator, DECIDE:

8.1 - considerar ilegal a alteração da concessão de aposentadoria em favor de Geralda da Silveira Rezende e, em consequência, recusar registro ao ato de fl. 71, com a impossibilidade de acumulação da vantagem denominada "quintos" com a Gratificação de Representação de Gabinete da mesma função.

8.2 - dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento desta Decisão pelo Superior Tribunal de Justiça, de conformidade com o Enunciado n. 106 da Súmula da Jurisprudência predominante deste Tribunal.

8.3 - determinar ao Superior Tribunal de Justiça que: 8.3.1 - faça cessar os pagamentos decorrentes da presente alteração de proventos, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 191 do Regimento Interno/TCU.

8.3.2 - adotar presente decisão para todos os casos similares, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.443/92.

8.4 - determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento da determinação referida no subitem 8.3 retro, representando a este Tribunal, caso necessário.  
9. Ata nº 08/2002 - 1ª Câmara

10. Data da Sessão: 26/03/2002 - Ordinária

11. Especificação do quorum: 11.1. Ministros presentes: Marcos Vinício Vilaca (Presidente), Iran Sariva, Walton Alencar Rodrigues e Guilherme Palmeira.

11.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

MARCOS VINÍCIOS VILACA  
Presidente

MARCOS BEMQUERER COSTA  
Relator

(Of. El. nº 114/2002)

## ADITAMENTO A PAUTA Nº 10 (ORDINÁRIA)

Sessão em 9 de abril de 2002

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 77 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 10/2002 - Primeira Câmara, para apreciação na Sessão Ordinária a ser realizada no dia 09/04/2002, os seguintes processos:

## Grupo I

## Classe I - Recursos e Pedidos de Recanção

-Relator: Ministro Marcos Bemquerer Costa

TC 475.917/1997-7

(Com 01 volume)

Natureza: Recurso de Reconsideração

Entidade: Fundação Legião Brasileira de Assistência - FLBA

Recorrente: Vitoria Libia Sander Neves

TC 525.152/1998-9

(Com 01 volume)

Natureza: Recurso de Reconsideração

Entidade: Prefeitura Municipal de Água Branca - SP

Responsável: João de Deus Mendes

Classe: II - RECURSOS, AUDITÓRIAS E OUTRAS MATÉRIAS CONCERNENTES À FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMÔNIAL

-Relator: Ministro Marcos Bemquerer Costa

TC 005.137/2001-7

Natureza: Relatório de Auditoria

Entidade: Prefeitura Municipal de Ribeira do Pombal - BA

Responsável: Edvaldo Cardoso Cabassi, Prefeito

## Grupo II

## Classe II - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

-Relator: Ministro Guilherme Palmeira

TC 390.012/1995-8

Natureza: Defesa Cível

Entidade: Tribunal de Contas Especial

Responsável: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves - MG

Intervento: Maria das Graças Oliveira de Almeida (ex-Prefeita Interventora na Sustentação Oral: José Nilo de Castro - OAB/MG 14.656 e Sílvia Cristina Neves - OAB/MG 76.442-B)

Secretaria-Geral das Sessões, 4 de abril de 2002

Subsecretário da 1ª Câmara

(Of. El. nº 118/2002)

## Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
10ª REGIÃO

## PORTARIA Nº 6, DE 2 DE ABRIL DE 2002

O Diretor-Geral Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições regulamentares, considerando que no Processo Administrativo nº 478/2001 a Empresa Autógraff Gráfica e Editora Ltda. entregou com atraso de 8 (oito) dias o bem objeto das Notas de Empenho nºs. 25/20/2001 e 25/76/2001, resolve:

1. Aplicar à Autógraff Gráfica e Editora Ltda. a penalidade de multa no valor de R\$ 177,30 (cento e setenta e sete reais e trinta centavos), em consonância com o que dispõe o artigo 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

SÉRGIO LUIZ BARBOSA VARGAS

(Of. El. nº 404/2002)

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

## RESOLUÇÃO Nº 708, DE 3 DE ABRIL DE 2002

Altera disposições da Resolução que es-

pecifica, e da outra providência.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, Autarquia Federal criada pela Lei nº 1.177, de 23 de outubro de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 47.704, de 17 de junho de 1969, através de seu Presidente, o Senhor Plácido de Faria, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "I" do art. 16 da Lei nº 5.517/68, combinada com a alínea "a" do art. 4º da Resolução nº 04, de 28 de julho de 1969, resolve:

Art. 1º Alterar o parágrafo 1º do art. 24 da Resolução nº 681, de 15 de dezembro de 2000, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. A mesa recetoria deve ser instalada na sede do CFMV, sendo facultada a instalação em suas delegacias, assessorias, ou em outros locais, a critério e sob a responsabilidade do Plenário do CFMV."

Art. 2º Alterar a alínea "I" do art. 4º da Resolução nº 04, de 28 de julho de 1969, para a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. As delegacias de Contas do Conselho Federal e homólogas dos Conselhos Regionais que aprovaram as suas propostas de contas."

Art. 3º Alterar o parágrafo único do art. 1º, o "caput" do art. 2º e os §§ 1º e 2º da Resolução nº 681, de 22 de abril de 1998, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A empresa com situação em mais de uma delegacia deve realizar os registros de acordo com as normas em vigor na rede."

Art. 4º A empresa de serviços de Plano de Saúde Animal, para atender ao que preceitua a Resolução nº 680, de 15 de dezembro de 2000, deverá apresentar, no ato do seu registro, cópias dos seguintes documentos, devidamente registrados em cartório de atos e documentos:

§ 2º As empresas de serviços de Planos de Saúde Animal, e seus credenciados devem obedecer a todos os ditames constantes da Resolução nº 680, de 15 de dezembro de 2000, no tocante a pessoa jurídica, inclusive registro, responsabilidade técnica, certidão de regularidade, cancelamento e movimentação."

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU, revogadas as disposições em contrário.

BENEDITO FORTES DE ARÉDUA

Presidente do Conselho

JOSE EUCLIDES VIEIRA SEVERO

Secretário-Geral

(Of. El. nº 43/2002)

## VOCE SABIA QUE...

...após a  
Imprensa Nacional  
ter várias sedes  
provisórias,  
foi inaugurado,  
por D. Pedro II,  
em 1877,  
o primeiro prédio  
construído para  
abrigar os prelos  
e todo o material  
usado na gráfica?  
Que este edifício  
pegou fogo  
na noite de  
15 de setembro  
de 1911,  
onde se perdeu  
vasto material  
histórico?





Nº 190, segunda-feira, 3 de outubro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

87



ASSUNTO: CONSULTA FORMULADA PELO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO ACERCA DA POSSIBILIDADE DE SE UTILIZAR PARTE DO SALDO DE NOTA DE EMPENHO, INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NAQUELA UNIDADE, PARA PAGAMENTO DE PASSIVOS TRABALHISTAS A DESMEMBRAÇÕES DAQUELA CATEGORIA EGRESSOS DA MAGISTRATURA DE PRIMEIRO GRAU.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, profere a seguinte decisão:

"Após o voto do Conselheiro Luiz Fernando Waj Pentecost acompanhando o relator no sentido de responder negativamente à consulta, pede vista antecipada o Conselheiro Mauro Campbell Marques, aguardando os demais para votar."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Paul Erik Dydland, Cecilia Marcondes, Luiz Fernando Waj Pentecost e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ilmar Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSE ANTONIO SAVARIS MINISTRA LAURITA VAZ  
SECRETÁRIO-GERAL PRESIDENTE

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACORDÃO Nº 497, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), reunidos na 20ª Reunião Plenária Ordinária, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413, de 13 de fevereiro de 2012,

ACORDAM por unanimidade que:

O treinamento funcional é reconhecido como uma ferramenta para desenvolvimento de capacidades, podendo, portanto, ser considerado como uma competência do profissional fisioterapeuta.

O profissional fisioterapeuta, utilizando métodos e técnicas de treinamento funcional, exercendo suas habilidades e competências previstas na legislação, atua também em indivíduos saudáveis no sentido de prevenir lesões e desequilíbrios corporais, corrigindo padrões de movimento e postura. A mesma ferramenta pode ser utilizada para restaurar lesões e disfunções aos tratativos do fisioterapeuta.

Neste sentido, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional colheu manifestações das Associações Científicas de reconhecimento Nacional da Fisioterapia que reconhecem o treinamento funcional como técnica própria, técnica específica, do profissional fisioterapeuta. Vejamos:

ASSOCIAÇÃO DOS FISIOTERAPEUTAS DO BRASIL (AFB);

Conceitualmente o treinamento funcional tem como objetivo o restabelecimento total ou parcial de uma determinada função, seja, no ambiente ambulatorial, clínico hospitalar, ou em qualquer outro o foco na funcionalidade que é um termo que engloba todas as funções do corpo, atividades e participação, sendo inerente à impossibilidade do acompanhamento do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional em qualquer fase de tratamento.

POSICIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA (ABRAPQ-FT - BPTP);

Considerando que o treinamento funcional atua no equilíbrio das estruturas musculares e na prevenção de lesões e melhora do controle e desempenho motor, objetivos básicos da fisioterapia, uma das principais estratégias terapêuticas da fisioterapia, é nosso parecer que esta técnica faz parte do arcabouço preventivo e terapêutico também da profissão de fisioterapia.

POSICIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FISIOTERAPIA CARDIORRESPIRATORIA E FISIOTERAPIA EM TERAPIA INTENSIVA (ASOABRAFI);

O treinamento funcional é um dos princípios de fisiologia, cinética, fisiologia biomédica e fisiologia do exercício, pode e deve ser aplicado na prevenção ou tratamento fisioterapêutico de pacientes com qualquer tipo de disfunção funcional. Desta forma, a ASOABRAFI entende que o treinamento funcional com foco terapêutico é um recurso da fisioterapia.

DECLARAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE FISIOTERAPIA ESPORTIVA (SONAFE);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 000216010030087

Sendo o treinamento (funcional ou não) uma ferramenta ou metodologia para desenvolvimento de capacidades (sejam elas físicas, intelectuais, ocupacionais, etc.), o treinamento funcional pode ser considerado como uma competência do profissional fisioterapeuta. Mas podendo atuar em indivíduos saudáveis, visando a prevenção de lesões e de desequilíbrios corporais, corrigindo padrões de movimento e obviamente de reabilitação."

Quanto à legitimidade da técnica, tem-se que, do ponto de vista normativo, não se encontra esta vinculada, de forma exclusiva, a outra profissão regulamentada, não sendo, ceteris, admitir que o Conselho Federal reconheça a técnica como prática exclusiva do profissional fisioterapeuta.

Destaca-se também que a atuação do profissional fisioterapeuta se dá na prevenção a lesões, como requer o próprio Decreto-Lei nº 938/1969, em que a norma de conteúdo alínea permite que o profissional fisioterapeuta restabeleça, bem como desenvolva e conserve, a capacidade física do paciente, nos termos do art. 3º do decreto supra, a saber: "É atividade do fisioterapeuta executar métodos e técnicas fisioterapêuticas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do cliente."

Ante tudo o exposto, ACORDAM os Conselheiros Federais em reconhecer o treinamento funcional como técnica a ser utilizada pelos profissionais fisioterapeutas.

QUORUM: DRA. PATRICIA LUCIANE S. DE OLIVEIRA - Vice-Presidente do COFFITO (no exercício da Presidência), DR. CASSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA - Diretor-Secretário do COFFITO, DR. WILSON HEIL E SILVA - Diretor-Tesoureiro do COFFITO, DRA. LIZIANE CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO - Conselheira Efetiva, DRA. ANA PAULA COSTA DE SOUZA LORO - Conselheira Efetiva, DR. MAURICIO R. M. MASHADU JUNIOR - Conselheiro Efetivo, DRA. DANIELA LOBATO NAZAREH MUNIZ - Conselheira Efetiva, DRA. ELLINETH DA CONCEIÇÃO BRAGA VASCONCELOS (Suplente Convocada).

BRASÍLIA, 29 de setembro de 2016  
CASSIO FERNANDO O. DA SILVA  
Diretor-Secretário

PATRICIA LUCIANE S. DE OLIVEIRA  
Vice-Presidente

### CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.119, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016

Altera as Resoluções CFMV nº 647, de 22 de setembro de 1995, e nº 844, de 20 de setembro de 1998.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV -, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "a", artigo 16, da Lei nº 5.515, de 23 de setembro de 1968,

considerando a necessidade e deliberação ocorridas por ocasião da 289ª Sessão Plenária Ordinária, resolve:

Art. 1º Altera os §§ 2º e 3º e caput do artigo 7º da Resolução CFMV nº 647, publicada no DOU de 19/9/1995 (S.1, p.86), que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 3º A prestação de serviços de Plano de Saúde Animal, ainda que previsto na Resolução CFMV nº 1041, de 13 de dezembro de 2013, e demais que a complementem ou substituam, não baste a pessoa jurídica, inclusive registro, documentos, devidamente registrados em cartório de título e documentação.

(...)

§ 2º As empresas de serviços de Planos de Saúde Animal, em seu funcionamento, devem obedecer o disposto na Resolução CFMV nº 1041, de 13 de dezembro de 2013, e demais que a complementem ou substituam, no tocante a pessoa jurídica, inclusive registro, responsabilidade técnica, certificado de regularidade, cancelamento e movimentação.

§ 3º Quando constar do Plano de Saúde Animal prestação de serviços cirúrgicos, com consequente hospitalização, o estabelecimento credenciado para prestação desse serviço deve estar obrigatoriamente classificado, no mínimo, na categoria de Clínica Veterinária com internamento e devidamente adequados aos ditames da Resolução nº 1015, de 9 de novembro de 2012, e demais que a complementem ou substituam."

Art. 2º Altera o §6º do artigo 4º da Resolução CFMV nº 844, publicado no DOU de 11/7/2016 (S.1, p.197), que passa a vigorar com a seguinte redação:

§6º A vacinação de pequenos animais e a emissão da carteira de vacinação só podem ser realizadas em domicílio ou em estabelecimento médico-veterinário de atendimento a pequenos animais, conforme Resolução CFMV nº 1015, de 2012, e outras normas que a complementem ou substituam."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA  
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA  
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.120, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016

Normatiza procedimentos para recuperação de créditos resultantes de débitos, multas, taxas, emolumentos e demais créditos das pessoas físicas e jurídicas, e altera a Resolução CFMV nº 1019, de 2012.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV -, no uso das atribuições e competências conferidas na alínea "a", artigo 16, da Lei nº 5.515, de 23 de setembro de 1968, combinado com a alínea "a", artigo 22, do Decreto nº 74.704, de 17 de junho de 1969,

considerando as limitações previstas no artigo 8º da Lei nº 12.514, de 28 de agosto de 2012,

considerando a autorização conferida no art. 6º, 2º, da citada Lei nº 12.514, de 28 de agosto de 2012,

Art. 1º Os Conselheiros Federais e Regionais de Medicina Veterinária ficam autorizados a realizar ações para reconhecimento de débitos referentes a débitos de multas, taxas, emolumentos e demais débitos de pessoas físicas ou jurídicas.

§1º Para recuperação de débitos, todos os débitos vencidos existentes em nome de devedores inscritos ou não em dívida ativa e inclusive os ajuizados, desde consolidados na data da concessão do parcelamento.

§2º O presente acordo será firmado mediante assinatura do Termo de Compromisso para o Reconhecimento de Dívida.

§3º A assinatura do Termo de Compromisso para o Reconhecimento de Dívida poderá ser objeto de verificação pelo Conselho.

§4º O acordo será realizado mediante concessão de redução progressiva das encargos moratórios de acordo com o número de parcelas, na seguinte proporção:

Quantidade de Parcelas	de Desconto Multa	Desconto Juros
1 a 6	20%	20%
7 a 12	30%	30%
13 a 18	40%	40%
19 a 24	50%	50%

§1º Observado o número máximo de 24 parcelas, cada Conselheiro poderá definir, em Resolução específica, valor mínimo para cada parcela, desde que não inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§2º O valor objeto do acordo será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, até a adesão ao parcelamento.

§3º No caso de o parcelamento contemplar débito protestado, o devedor pagará as respectivas custas judiciais, emolumentos e honorários advocatícios de 10% (dez por cento), adindo a suspensão da respectiva execução fiscal.

§4º No caso de o parcelamento contemplar débito protestado, o devedor pagará as respectivas taxas cartórias e emolumentos.

§5º Firmado o acordo para pagamento parcelado da dívida, as respectivas condições serão inseridas no sistema gerenciador do parcelamento eletrônico, que gerará automaticamente os boletins, para impressão no próprio site eletrônico, com vencimento (nºs) data(s) definidas).

Art. 4º No caso de vencimento de parcela, incidirá sobre o seu valor:

I - multa, de acordo com as Resoluções que disciplinam o pagamento das anuidades de Pessoas Físicas e Jurídicas;

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;

III - correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento;

Parágrafo único. A correção monetária e os juros de mora serão calculados após acrescido do valor da multa.

Art. 5º Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias do vencimento de qualquer parcela, o acordo será rompido, do qual resultará:

I - ajuizamento da execução fiscal dos débitos não ajuizados;

II - o prosseguimento das execuções fiscais dos débitos ajuizados e que tiveram sua tramitação suspensa.

Parágrafo único. Em quaisquer das situações previstas neste artigo, a execução considerará o valor reconhecido no Termo, com o acrescido dos encargos moratórios e dedução dos valores eventualmente pagos.

Art. 6º Rompido o acordo, fica vedada nova negociação.

Art. 7º Permanecem válidas as disposições dos artigos 2º a 6º da Resolução CFMV nº 967, de 19 de novembro de 2007, e a Resolução CFMV nº 1005, de 17 de agosto de 2012.

Art. 8º O §1º, artigo 4º, da Resolução CFMV nº 1005, de 2012, publicado no DOU de 24/9/2012, S.1, p.127, passa a vigorar com a seguinte redação:

§1º Observado o número máximo de 24 parcelas, cada Conselheiro poderá definir, em Resolução específica, valor mínimo para cada parcela, desde que não inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais)".

Art. 9º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA  
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA  
Secretário-Geral

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**REVOGADA PELA  
RESOLUÇÃO CFMV Nº 1676/2025**